



Anais da Assembleia

N.º 36

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 49.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Dácio Leonel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domí-cio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pie-trângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem número 61/77

Curitiba, 05 de abril de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 18 de março de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

—À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem Número 62/77

Curitiba, 05 de abril de 1977.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Con-

vênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e os municípios abaixo relacionados,, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

MUNICÍPIOS

DATA DA CELEBRAÇÃO

Almirante Tamandaré.....	26/11/75
Andará.....	01/12/75
Atalaia.....	18/12/75
Bandeirantes.....	03/11/75
Bandeirantes.....	23/12/75
Bela Vista do Paraíso.....	15/10/75
Bocaiúva do Sul.....	24/11/75
Bom Sucesso.....	12/12/75
Califórnia.....	16/12/75
Cambará.....	06/06/75
Campina Grande do Sul.....	02/12/75
Campo Tenente.....	27/11/75
Carlópolis.....	25/11/75
Castro.....	10/11/75
Céu Azul.....	19/11/75
Corbélia.....	29/12/75
Cruz Machado.....	15/12/75
Faxinal.....	12/12/75
Floresta.....	25/11/75
Fóz do Iguaçu.....	27/11/75
Guaraniaçu.....	23/10/75
Ibiporã.....	08/12/75
Ipiranga.....	20/10/75
Iporã.....	27/11/75
Iratema.....	15/12/75
Itambé.....	09/12/75
Itaúna do Sul.....	07/10/75
Ivaí.....	28/11/75
Ivaiporã.....	11/12/75
Ivatuba.....	26/11/75
Jaguariaíva.....	03/12/75
Jundiá do Sul.....	27/11/75
Jussara.....	15/12/75
Lapa.....	28/11/75
Loanda.....	17/12/75
Mandaguaiçu.....	10/12/75
Marechal Cândido Rondon.....	19/11/75
Mariópolis.....	17/12/75
Marmeleiro.....	05/12/75
Marumbi.....	12/12/75
Matinhos.....	23/12/75
Morretes.....	30/10/75
Nova Cantu.....	18/12/75
Palotina.....	19/11/75
Paranaguá.....	03/11/75
Paranaguá.....	13/11/75
Paulo Frontin.....	20/10/75
Peabirú.....	04/12/75
Pérola.....	17/12/75
Pérola D'Oeste.....	18/12/75
Piraí do Sul.....	03/12/75
Pitanga.....	17/12/75
Quitandinha.....	15/12/75
Rebouças.....	05/12/75
Ribeirão Claro.....	01/12/75
Rio Azul.....	08/12/75

Salto do Lontra	23/12/75
Santa Amélia	19/03/75
Santa Inês	04/12/75
Santa Izabel do Oeste	22/12/75
Santa Mariana	02/12/75
Santo Antônio do Sudoeste	11/12/75
São Carlos do Ivaí	09/12/75
São Jorge do Oeste	26/11/75
São Miguel do Iguaçu	19/11/75
São Pedro do Paraná	09/12/75
Tamboára	17/12/75
Tapejara	17/10/75
Tapira	07/10/75
Tijucas do Sul	28/11/75
Toledo	19/11/75
Uniflor	17/12/75
Xambrê	08/12/75
Wenceslau Braz	18/12/75

O interesse público na aprovação da matéria ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa., os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

—À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ulysses Ferreira de Malo, ocorrido recentemente em Ibaiti.

O extinto pertencia a uma das mais tradicionais famílias do Norte pioneiro, onde foram pioneiros do desbravamento e colonização da região, notadamente em São Jerônimo da Serra.

Com o falecimento de Ulysses Ferreira de Melo, perde o Norte pioneiro, em especial Ibaiti, um de seus mais ilustres homens, cuja vida é um paradigma para as gerações mais novas.

Aos jovens vabe a responsabilidade de dar prosseguimento ao incansável trabalho e manter perene o amor de Ulysses Ferreira de Melo, pelo Norte pioneiro.

Pede-se também: que da decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1977.

(a) ACCIOLY NETO.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

Requeiro, com respaldo no Regimento Interno, seja anexado ao Projeto de Lei número 18/77, a Certidão do Registro de Imóveis apensa ao presente.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI,

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer o encaminhamento de solicitação ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes, no sentido de contar com seu empenho, para que seja instituída a Fundação dos Portuários de Paranaguá.

Constituindo obrigação do Estado contribuir para a

criação de organismos de classes, aprimorando o atendimento social prestado aos que colaboram com a administração pública, a Fundação dos Portuários de Paranaguá viria satisfazer os anseios de uma classe que precisa ser melhor amparada.

Estudos já foram procedidos, havendo, contudo, a necessidade de que o Estado demonstre interesse na implantação pretendida, assumindo posição solidária e de destaque na concretização das justas aspirações dos portuários de Paranaguá.

A solicitação, além de oportuna, merece atendimento ainda pela possibilidade que enseja, de um mais amplo atendimento entre a administração pública e uma classe de expressiva representação, empenhada em ajudar a construir um Paraná melhor.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1977.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Sr. REINHOLD STEPHANES, formulando apelo no sentido de que seja criado um posto do INPS, na sede do município de Ampere.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1977.

(a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ampere vem apresentando um desenvolvimento surpreendente em todos os setores.

Entretanto, sua crescente população ressenete-se de serviços locais do INPS, o que lhe causa sérios transtornos de locomoção e outros, ao posto mais próximo.

A criação do posto local virá atender aos anseios da comunidade e justifica-se plenamente pelas condições que apresenta o município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhada sugestão ao Exmo. Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, a fim de que seja encaminhada a possibilidade da criação e instalação de uma Agência do referido estabelecimento na sede da Comarca e Município de IPORÁ.

Iporá com sua pujança econômica é uma cidade com aproximadamente 100.000 habitantes, ocupando o décimo segundo lugar na escala dos municípios paranaenses, tornando-se necessária e imprescindível a presente reivindicação, objeto deste requerimento.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na última quinta-feira, dia 14 de abril, o Brasil inteiro evocou, reverentemente, os êxitos da Força Expedicionária Brasileira, rendendo homenagens comovida aos que pagaram com sacrifício de suas próprias vidas, o preço de nossa liberdade.

Outros que conseguiram retornar à Pátria, vieram com cicatrizes de mutilações físicas, ou trazendo no íntimo de suas almas, as marcas indeléveis da terrível conflagração.

Por isso, e para cada vez mais se avive a nossa memória em justa homenagem aos heróis, o Deputado que este subscreve, obedecendo as normas regimentais, requer o envio de ofício, em forma de sugestão, ao Exmo. Sr. Ministro da Educação,

General Ney Amintas de Barros Braga, nos seguintes termos:

a) Confecção de relação em que conste o nome de todos os expedicionários, com destaque dos que tombaram nos campos de batalha, citando também o local de nascimento do bravo herói.

b) Os nomes relacionados seriam entregues em todos os municípios do Brasil, para servir aos colegiais do Primeiro e Segundo grau no estudo dos Problemas Brasileiros.

Esta seria mais uma oportunidade para que a Pasta, excelentemente dirigida pelo ilustre paranaense Ministro Ney Amintas de Barros Braga, continuasse fazendo, como até então tem feito, a divulgação do que há de melhor no sentido da integração e do culto venerando da nacionalidade.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa, de ORDEM DO DIA, do Ministro do Exército, Sílvio Frota, lida em todas as organizações militares em comemorações ao aniversário da tomada de Montese, na Itália, pela Força Expedicionária Brasileira.

JUSTIFICATIVA:

As mais justas homenagens foram prestadas em todo território brasileiro aos expedicionários, ou pracinhas de guerra, que trouxeram as glórias dos campos e cidades da Europa.

Da importância da participação do Brasil, sob o comando do Mal. Mascarenhas de Moraes, na campanha da Itália, e, de cujos quadros militares participaram soldados de projeção nos destinos atuais do Brasil, queremos destacar tão somente que a maior ligação daquela guerra é a disposição do Brasil de lutar de maneira mais viril possível contra o nazifascismo e o comunismo, por serem intrinsecamente contrários aos respeitos dos princípios cristãos e aos direitos do homem como criaturas feitas à imagem e semelhança de Deus.

Nos dias atuais, em que o comunismo mais uma vez ameaça nossa extremecida Pátria, oportuna e magnífica foi a Ordem do Dia, de S. Exa. o Ministro do Exército, referente ao dia 14 de abril quando se comemorou a vitória de Montese, onde mais uma vez, as Forças Expedicionárias Brasileiras mostraram a coragem, a bravura de nossos antepassados, dignos de CAXIAS, o inolvidável.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei Número 35/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Passa a denominar-se “Professor Almir Nelson de Almeida” o Ginásio de Desportos do Tarumã.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 2 de setembro de 1923, em Salvador-Bahia, filho de pais humildes, o Professor Almir Nelson de Almeida, foi um homem predestinado à glória e ao sucesso.

Inteligência brilhante, personalidade firme, conduta moral inatacável, chefe de família exemplar, a vida nada lhe negou.

Casado com Dona Diva de Almeida, o professor Almir Nelson de Almeida sempre se referia ao Paraná como a “terra

do seu coração”.

Efetivamente, foi onde casou-se, fixou domicílio viveu boa parte de sua gloriosa existência e onde por seu irrecusável desejo se acha sepultado.

Seu invejável “curriculum vitae” que transcrevemos é um retrato fiel de seu incomensurável valor;

FORMAÇÃO.—

Colégio Carneiro Ribeiro — Salvador — Médio.

Colégio Estadual da Bahia — Pré-Médio.

Escola Nacional de Educação Física — Universidade do Brasil — 1953, licenciado em Educação Física.

Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil — 1963, Técnico Desportivo de Futebol e Basquetebol.

Faculdade Católica de Curitiba — 1965 — Orientador Educacional.

ATIVIDADES.—

Professor da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, Desportos Coletivos e Curso de Técnico de Futebol na EEFD.

Professor do Ensino Médio — Educação Física — Prestando serviços no DEF da SEC, Chefe do Departamento dos Desportos Coletivos da DEF da SEEC.

Supervisor do Departamento de Futebol do Curitiba Futebol Clube.

ATIVIDADES ANTERIORES NO MAGISTÉRIO.

Chefe do Serviço de Educação Física da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 1953 e 1954.

Professor do Colégio Regente Feijó — Ponta Grossa — 1953 e 1954.

Professor de Educação Física do Colégio Novo Ateneu — de 1956 a 1960.

Assistente da Direção do Colégio Novo Ateneu, respondendo pelo período da manhã, de 1960 a 1969.

CURSOS REALIZADOS.

Primeiro Curso Técnico Pedagógico de Educação Física—Curitiba 1958.

Curso de Aperfeiçoamento de Educação Física—Curitiba 1958.

Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico — Santos — 1958.

Primeiro Estágio Internacional de Basquetebol — Curitiba — 1958.

III — Curso Internacional de Educação Física — Curitiba 1960.

Curso de Relações Públicas e Relações Humanas — Faculdade de Direito de Curitiba — 1960.

Primeiro Ciclo de Estudos Educacionais — Curitiba — 1960.

X Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino — Fortaleza 1967.

TRABALHOS.

Tese apresentada na Universidade do Brasil.

Escola de Educação Física de Desportos — tema “Planificação em Futebol”.

Estudo sobre a aplicação da Educação Física nas Escolas Municipais — apresentado na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa — 1954.

CURSOS MINISTRADOS

Primeiro Curso Internacional de Educação Física — Desportos Coletivos.

Primeiro Encontro de Técnicos em Educação Física — Treinamento dirigido e Orientado — SESC.

Curso de Aperfeiçoamento para Professor de Educação Física — 1968 — Divisão de Educação Física — Inspetoria Federal.

11.º Curso Internacional de Educação Física — Membro da Comissão Organizadora — 1968 de Curitiba.

OUTRAS ATIVIDADES COMO PARTICIPANTE

Campeonato Brasileiro de Basquetebol — pela Federação Baiana de Basquetebol 1949. — Salvador — Vice- Campeão Brasileiro.

Campeonato Sulamericano de Basquetebol — 1949 — Assunção.

Campeonato Universitário — Tri — campeão — 1950, 1951 e 1952 pela FAE.

XIX Campeonato Brasileiro de Basquetebol — 1950 — Campeão.

Troféu — Pré-Mundial — 1950 — Campeão Brasileiro. Mundial de Basquetebol — 1950 — Buenos Aires.

XX Campeonato Brasileiro de Basquetebol — 1951 — SC. Bi-Campeão.

Jogos Desportivos Panamericanos — 1951 — Buenos Aires.

Jogos Universitários Brasileiros — 1951 e 1952 — Campeão de Basquetebol.

OLIMPIADAS — 1952 — Helsinque — Finlândia.

Troféu Pré-Olímpico — 1952 — São Paulo — Campeão.

Campeonato Sulamericano — 1953 — Colombia.

Mundial de Basquetebol — 1954 — Vice- Campeão.

Jogos Desportivos Panamericanos — 1955 — México Terceiro Lugar.

Campeonato Paranaense de Basquetebol — 1956 — Campeão pela L.P. Ponta Grossa.

Campeonato da Cidade de Curitiba — 1957 a 1961 — Campeão pelo Clube Curitibano.

III Jogos abertos de Poços de Caldas — 1959 — Campeão.

COMO DIRIGENTE

Campeonato Paranaense de Futebol — 1957 — Técnico Vice-Campeão dirigindo a equipe do Guarani F.C. de Ponta Grossa.

Técnico da Equipe de Futebol do Coritiba F.C. — 1965.

Técnico da equipe de Basquetebol do Clube Curitibano de 1957 a 1969.

Sagrando-se Campeão da cidade todos estes anos.

Técnico da equipe de Basquetebol Feminina do Paraná Campeonato Brasileiro — Rio Grande do Norte.

Presidente da Comissão Técnica dos 11 Jogos Latino - Americanos — 1964.

Membro da Comissão Executiva do XXVII Campeonato Brasileiro de Basquetebol, masculino da CBB 1967.

Coordenador dos XV Jogos Unversitários Brasileiros, Niterói — 1966.

Técnico da Equipe Mundial feminino — Lima — Peru.

Membro da Comissão Técnica do XV Campeonato Brasileiro Feminino — 1963 — P. Alegre.

FUTEBOL E TREINAMENTO DESPORTIVO.

Licenciado em Educação Física pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos em 31/3/53, com Diploma registrado no Departamento Nacional de Educação Física — Divisão de Educação Física — MEC., sob o número 141-442- Livro número 23 em 09/07/54.

Diploma pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos em Técnico Desportivo, (Basquetebol e Futebol) em 09/07/54, com Diploma registrado na Universidade do Brasil Divisão de Diplomas e certificados, sob o número 312 — Livro

número 1, folha 15-V em 08/07/64: É professor titular da cadeira de Futebol na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, Decreto número 13684 de 07.12.63.

Ministrou cursos de Técnica de Basquete (67) e Futebol (71) na mesma Escola.

Foi membro da Comissão de Concurso no ano de 1967, na cadeira de Educação Física (masculino) (portaria número 1839 de 20/02/67).

Pelo decreto número 1375 de 11/06/66, foi nomeado membro do Conselho Regional de Desportos — CRD.

Foi Supervisor do Departamento de Futebol do Fluminense de 1969 a março de 1971, do Coritiba F.C. de 05/71 a 3/72, Sport Club Corinthians de São Paulo.

É considerando "Emérito Atleta" da CBD. Tem seu Curriculum aprovado pelo decreto 15605 de 04/08/64 (Diário Oficial número 176 de 05/10/64).

É possuidor de vários certificados de aproveitamento e frequência em cursos de extensão, simpósio (Nacionais e Internacionais).

Em sua vida desportiva como fecho de ouro exerceu com brilhantismo as funções de supervisor da Seleção Brasileira de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Está finda a leitura de expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No sistema político democrático em que vivemos no Brasil, todo o seu arcabouço, ou sua base inicial, parte do cidadão, o eleitor.

O eleitor é aquele que, satisfeitas determinadas exigências legais, passa a influir nos destinos do distrito, do município, do Estado e, conseqüentemente, da União.

O eleitor é aquele que, dentro de normas e princípios, especialmente os de natureza moral e legal, vota e pode ser votado.

E o eleitor, na simplicidade aparente desse poder, é quem pelo trabalho, pelo exemplo, pela solidariedade, pela sua integração na comunidade, desponta com condições de atrair, de ganhar a estima, o apreço, a consideração dos demais eleitores e o próprio voto.

É quando o eleitor é eleito VEREADOR.

Aparentemente simples, mas na verdade já possuído da força de escolha pelos seus simpatizantes, o VEREADOR é quem inicia, em nossa Pátria, a carreira de homem público, fiscalizando os atos da administração pública municipal.

Quantos de nós, — Senhores Deputados — como quem vos fala, já sentiu a honra e a responsabilidade de haver sido Vereador?

Quantos brasileiros, com responsabilidade na vida pública do Paraná e do Brasil, já foram um dia proclamados e empossados como VEREADOR.

O título e a função são de tal maneira importantes e dignas que, para citar um só exemplo, diria que o atuante e dinâmico Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, professor e advogado respeitável na Capital gaúcha, ele que foi o único cidadão brasileiro a exercer a Consultoria Geral da República em dois governos; da Revolução de março de 1964, — após haver sido Deputado Federal, após haver exercido o elevado cargo de Ministro da Justiça no Governo do saudoso General Eurico Gaspar Dutra, foi eleito Vereador Municipal, em sua terra natal, o município gaúcho de Taquari, para, depois, ir para a ONU

Por uma questão de justiça, citaremos o caso do ex-Presidente da República, Dr. Wenceslau Bráz, que, após haver sido o mandatário máximo do Brasil, também foi Vereador no Município de Itajubá.

Dito isto, desejamos manifestar nossa consideração.

o nosso apreço pelos Srs. Vereadores, os quais, por lei, passam a integrar o Colégio Eleitoral para a escolha e votação de um terço dos candidatos ao Senado da República e a do Governo do Estado.

É uma maneira de fazer com que o povo esteja presente por seus representantes genuínos, por seus primeiros mandatários, na eleição dos que vão especialmente dirigir executivamente os destinos do Estado, e a participação no Senado da República.

Numericamente, as representações das Câmaras Municipais serão muito maiores do que as da Assembléia Legislativa Estadual, e serão constituídas por membros dos dois partidos legalmente existentes no Brasil, a ARENA e o MDB — pelo que a ninugém é lícito admitir que tal Colégio Eleitoral não seja a expressão mais clara, mais pura do eleitorado que estarão representando.

Ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo cumprimentar todos os Srs. Vereadores e, em especial a sua entidade de classe — Associação das Câmaras Municipais do Paraná, — ACAMPAR — expressando a nossa satisfação pelo dispositivo legal que investiu os Srs. Vereadores de tal poder, e a nossa honra de participar desse Colégio Eleitoral com pares que por seu reconhecido esforço em favor das causas municipalistas, se tornaram dignos de tal investidura”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. “O Poder emana do povo”, Constituição Federal, artigo 1º, § 1º. Parece-me que os anjos apocalípticos estão lançado violentamente taças sobre a democracia deste país. E a violência se configura e vem configurando a cada dia que passa como o odor entorpecente que anestesia, e anestesicamente transforma o brasileiro, principalmente aqueles que juraram fidelidade à democracia do País, em subservientes.

Tem se dedicado a um credo de mistificação e de maldade e insuflado na sua própria consciência de democrata, de responsável pelos destinos desta Nação. O que vimos nestes últimos dias foi mais uma apoteose de violência aos próprios direitos humanos, ao sacrossanto direito democrático da Nação brasileira.

E, se falar é pecado, preferimos continuar pecando; se exprimir a verdade arrancada das entranhas da nossa consciência é perigoso, preferimos caminhar por este caminho de perigo.

É preciso que alguém fale; é preciso que alguém diga alguma coisa; é preciso que alguém expresse um sentimento de civismo neste País, porque não se pode admitir que num País democrático como é o Brasil se mude o lugar das coisas. O Executivo tome a posição do Legislativo e o Legislativo bata palmas diante à tenebrosa aberração de desrespeito.

Se neste País não há coragem, muito menos há consciência popular. E nós sabemos que hoje o líder do Governo vai contestar o discurso da liderança do povo, no Congresso Nacional. Nós estamos aguardando.

De que vale mandatos se este mandato não é revestido de civismo e de coragem; de que vale o diploma de representação popular se este diploma tem sido escondido debaixo do braço para não ser cassado; de que vale vencimentos de homem público se este dinheiro dá o cheiro de corrupção e da desgraça social; de que vale este representante do povo se o povo não está representado; de que vale ser escolhido para representar a gente brasileira no Parlamento, se ao invés de respeitá-lo, respeitamos a arbitrariedade do Governo, pela incapacidade de ser representantes da necessidade e do direito do povo.

Tenho a impressão que por mim mesmo continuarei até o último instante do meu mandato que a mim não pertence, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas que pertence ao

povo. Irei continuar falando e dizendo, no meu linguajar, a verdade, o que sinto que devo dizer, por imperativo da minha própria consciência.

Mais uma vez a História do Brasil, mais uma vez o pavilhão da Bandeira Brasileira, mais uma vez este País e seu povo foi enxovalhado pela aviltção desastrosa de uma determinação constitucional. Rasgou-se a Bíblia deste País e nela colocaram por força de arbítrio, determinações do Satanás. Mas quem faz o mal, paga pelo mal. Não há poder que não se tome. O respeito é o único diploma; a coragem é a única força; o civismo é a única vontade.

Se Barrabás conseguiu mandar pregar Cristo na madeira, certamente fez com que Nero desaparecesse e Caifás ficasse odiado pela história do cristianismo do mundo. Se Pôncio Pilatos lavou as mãos, sua consciência ficou enxovalhada para a eternidade.

Porque demonstrou ser um fraco juiz, um avarento magistrado; quem não respeita os direitos do povo; desrespeita a consciência de Deus. Quem não acredita que tem um Supremo que tem auto-domínio desde o átomo até os astros, certamente, terá que pagar pela sua falta de crença numa verdade imutável.

Não é protesto de minha bancada Sr. Presidente, Srs. Deputados, é protesto meu pessoal como um dos representantes do povo, talvez o mais humilde e o menos impedido desta Casa, mas aqui estarei a todo o instante que durar o meu mandato, para contestar o desrespeito que se faz ao povo e a esta Nação. O pior retrato que se tem configurado, as piores apoteoses que os brasileiros têm visto nestes 13 anos, é a miséria social que aí está.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta, mas o tempo que V. Exa. tinha para usar da palavra, está esgotado, porém lhe concede um minuto para concluir. O SR. LÚCIO MACHADO — Concluo já.

E cabe aos governos, não determinar pela força que se mude o roteiro da caminhada, da instituição, mas a revolução do problema nacional, não importa ao Poder, importa sim a mim, através de minhas gerações, ter um poder que represente um Poder de paz, unido à sociedade e abraçado com Deus.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, terceiro orador inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamento que este Pequeno Expediente concorra com prazo tão reduzido para que possa expor à consideração da Casa, o entendimento que trago, como também, furta-me com toda certeza, a oportunidade de colher, de eminentes Deputados do Governo, sempre prestos e presentes, a trazer o seu conhecimento e a sua palavra, cada vez que questões dessa natureza são levantadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a maioria governista, à semana passada, não deu curso à pretensão de nossa lavra, que entendia ser necessária a presença nesta Casa, do eminente Secretário da Educação e da Cultura, para com o Poder Legislativo, dialogar e afinal informar a respeito da implantação em todos os seus termos, do Estatuto do Magistério, do ensino oficial, em nosso Estado.

E as razões levantadas eram no sentido de fazer crer desnecessária essa presença, porque o Governo atendera àquilo que a Lei Complementar número 07, estabelecia ao Estatuto, e o Governo atendera ao que a lei impunha.

Não me pareceu verdadeiro. E hoje estou certo de que não é verdadeiro; hoje estou certo mais do que antes, de que se fazia e se faz necessário, um entendimento entre os dois Poderes; se faz necessário um diálogo com o Sr. Secretário da Educação e da Cultura para que aspectos sérios e graves desta questão não fiquem minimizados, não fiquem relegados, não fiquem postergados, porque aí sim, estaria minimizada, estaria relegada e estaria postergada a questão do ensino no Estado do

Paraná.

Até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vi a lei cumprida, o dispositivo legal atendido. Até hoje não está regulamentada a lei, embora ela impusesse prazo para a sua regulamentação. Limitou-se o Governo, e nisso já poderia ter andado bem, limitou-se o Governo a remeter para a Casa, uma mensagem, onde fazia, onde nela faz, a criação e fixação de cargos e a fixação de vencimento.

De uma análise ainda não aprofundada, mesmo porque o tempo hoje não nos permitiria, desta análise, se tem, como profundidade equivocada a Mensagem Governamental, incorrendo em lapsos, em omissão e erro, a Mensagem Governamental.

E mais do que isto, engodando e engodando sim, a esta Casa, ao Paraná e ao professorado do Paraná, a respeito do que trata no seu bojo.

Sr. Presidente, a Mensagem que aí está e que deverá percorrer as comissões e receber os pareceres, e que deverá afinal, produzir um pronunciamento deste plenário, parece-me sob certo aspecto, mesmo inviável. Se tem na educação, hoje com o advento da nova lei, que a classificação do funcionário e do professor dentro dos níveis criados, se dará em razão do seu nível de qualificação. Se dará em razão da qualificação profissional que tenha determinada pessoa.

Pois bem. Vede a Mensagem, analisai a criação de cargos e vereis buracos e vereis vazios e vereis omissões.

Lá está, Sr. Presidente, lá está, Srs. Deputados, que não se cria cargos para o nível 3, para o nível 4, para o nível 5. Nos níveis de atuação 1, nos níveis de atuação 2. Não se cria cargos para os níveis 1 e 2; não se cria cargos para os níveis 4 e 5 no nível de atuação 3. Não se cria cargo no nível de atuação 4; não se cria cargo em vários outros aspectos de que trata também o plano de classificação na área dos especialistas da educação. Não sei como se procederá esse enquadramento.

Não sei como poderá o Governo praticar a efetiva implantação desta classificação, a não ser que não exista no professorado paranaense, professor algum qualificado para enquadrar-se nos níveis 3, no nível 4, no nível 5, no nível de vencimento 1.

Parece-me que este é um despropósito; parece-me que isto é uma inverdade, porque tenho certeza, de que vários e vários professores, hoje já se qualificam para essa implantação.

Diria, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que exige a Mensagem, ou impõe a Mensagem, no parágrafo 3º do seu artigo 2º que toda a classificação e portanto toda a implantação, será feita à vista das vagas existentes nos diversos estabelecimentos escolares e da necessidade do ensino. Contrariando e afrontando e frustrando a lei maior a lei complementar, que manda se praticar a implantação efetiva a partir da sua aprovação.

No artigo 4º.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que

o tempo que dispunha já se esgotou, e lhe concede mais um minuto.

O SR. ENÉAS FARIA — Vou concluir, Sr. Presidente.

Apenas alinharei alguns dados e algumas questões.

Apenas diria que também e com muita gravidade, no aspecto de remuneração, o governo engoda, o governo não corresponde, na Mensagem à palavra que tem anunciado.

O professorado passará a perceber, em nível relativo, menos do que hoje está percebendo; terá a sua carga horária aumentada e terá em percentuais, profundamente reduzido o aumento de seus vencimentos.

Não tenho condições de prosseguir, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para contesta a atitude da bancada governista, que não permitiu e não quer que se tenha diálogo com a área oficial. Que não pretende que esta Casa entre nos meandros da questão, que não permite enfim que o Poder Legislativo possa cumprir com consciência, e sabendo o que faz,

a sua missão.

Voltarei, Sr. Presidente, a tratar da questão. Voltarei, Srs. Deputados, a tratar do assunto. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste plenário, do Sr. Vereador Luiz Lálvia, da Câmara Municipal de Cambará, do Sr. Homero Vicente de Paula, DD. Prefeito Municipal de Campina da Lagoa e do Sr. Adalberto Ferreira Lopes, DD. Prefeito de Boa Esperança.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que trazemos, à Casa, a notícia da reunião da micro-região do Norte Pioneiro.

Lá, Sr. Presidente, lá, Srs. Deputados, na cidade de Ibaiti, os Prefeitos da região, tanto da ARENA, como do MDB, tiveram a satisfação de contar com a presença do Sr. Secretário Borsari Netto que procurava orientar aquelas autoridades — Prefeitos e Vereadores — e ao povo presente, sobre a tabela de vencimentos do Magistério do Paraná.

Tivemos satisfação de ver como está sendo equacionado o problema do nosso Magistério de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura.

Lá, na pequenina cidade de Ibaiti, cidade da qual somos representantes, tivemos a satisfação de ver reunidos o Sr. Secretário da Educação e Cultura, um ilustre representante do Sr. Secretário da Saúde e autoridades municipais, e S. Exa. o Sr. Secretário da Educação nos deu uma demonstração de seu tirocínio administrativo, explicava, dava todas as indicações sobre o complexo problema do Magistério.

É por esse motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, orgulhosamente, dizemos ao Magistério do Paraná que confie no seu Governo, porque, a tabela de vencimentos do Magistério está sendo bem orientada por esse ilustre homem que participa do dinâmico governo de Jayme Canet Júnior.

Por isso não nos podemos calar quando vemos Deputados da Oposição que, sem ter conhecimento real da tabela de vencimentos do Magistério, aqui vêm falar sobre ela.

Nessa reunião à qual me referi, o Sr. Secretário da Educação orientava os Vereadores e Prefeitos da ARENA e do MDB, sem demagogia, sem platéia, mas com humildade, e, taxativamente, mostrando ao legítimo representante do povo que o Magistério está muito bem amparado por esta tabela.

E haverá de vir aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dialogar com os Deputados, que são os legítimos representantes do povo, a convite de nossa Assembléia, o ilustre Secretário de Educação e Cultura, para falar sem apologia política, para discorrer sobre a verdade. Para que o povo saiba que está se implantando no Paraná um regime de austeridade.

Para que o povo saiba que não são só Srs. do Movimento Democrático Brasileiro que olham pelo povo. A bancada da ARENA, o Governo do Estado, seus assessores e Secretários também estão atentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, olhando principalmente para esta classe magnânima e abnegada que é a classe do professorado.

Sabemos perfeitamente que são 26 mil professores que hão de ser beneficiados por esta tabela.

Lá, na cidade de Ibaiti, o Sr. Secretário, em mangas de camisa, discorria, fazendo sua explanação sobre o problema de nível de vencimento 1 a 5, e sobre o problema das cargas horárias que hão de beneficiar a grande maioria do professorado.

Não podemos responder quando se atira pedra, quando se julga, quando se acha que vai acontecer uma coisa que não aconteceu. Há de ser equacionado dentro de curto prazo e o professorado vai dizer presente nas próximas eleições para que a ARENA possa continuar na sua caminhada em benefício do povo. Para que se aplique o dinheiro do povo em benefício do mesmo povo. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Lembro a V. Exa. que o tempo de que dispunha...

O SR. GABRIEL — Agradecemos, Sr. Presidente, e queremos que este Magistério saiba e seja testemunha nas urnas em 15 de novembro próximo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O fim de semana não foi o suficiente para eliminar a náusea e a revolta provocadas pelo golpe de Estado de primeiro de abril de 1977.

Em 1937 houve, neste País, um golpe de Estado. Um homem se fez ditador mas, para se fazer ditador, impôs ao País uma Constituição elaborada por juristas eméritos, mesmo autoritários, e ainda prometeu, porque tinha vergonha de tornar-se ditador, prometeu que aquela Constituição seria submetida ao plebiscito que não houve.

Em 1977, quarenta anos depois, um outro golpe de Estado se instala sem que se tenha menos o culpado de se recorrer a juristas para elaborar as leis. Um homem se fez jurista, sem jurista ser. Um homem se fez juiz, sem juiz ser, um homem se fez constituinte sem nunca ter disputado o voto de uma eleição.

E pesou, e agiu e decidiu como se fosse dono da inteligência, da sabedoria e do destino de cento e dez milhões de brasileiros. Os homens não tinham leis, os homens viviam, cada um, ao "Deus dará". Mas, vinham aumentando a população e, um dia, os homens entenderam que tinham que estabelecer leis para disciplinar as suas relações e suas vidas em sociedade para diferenciá-los da vida da selva, para diferenciá-los da vida dos animais irracionais. E o homem, então, criou a lei; e, criando a lei, o homem entendeu que era preciso criar uma organização para fazer com que as leis fossem aplicadas. E o homem, então, criou o Estado e, para dirigir o Estado, criou o Governo, de tal forma que o Estado é uma criação do homem; o Governo é uma criação dos homens em sociedades. Não pode, portanto, o Estado, sobrepor-se ao direito dos homens e pretender outorgar direitos, de ser dono do direito e ser dono das leis.

Há uma diferença entre a lei dos homens e a lei das selvas. Na lei dos homens, os homens respeitam as leis; mas, eis que chegou a um ponto que criado o Estado, criado o Governo, o Estado quis se sobrepujar, o Estado quis ser dono absoluto de todos e surgiu a figura do rei. O Rei mandava sobre tudo. O rei tinha poder de vida e morte sobre todos os homens. Até que, em 1215, o povo da Inglaterra, com artesãos e fidalgos, pôs o rei na parede. E obrigou o próprio rei que limitasse seus poderes e, em 1215 na Inglaterra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o próprio rei reconheceu que não podia ter poderes absolutos; que também tinha que limitar seus poderes.

Tivemos o feudalismo, a humanidade passou por crises terríveis; mas sempre prevaleceu o bom-senso, prevaleceu a lei. Os princípios do cristianismo também prevaleceram, e fez com que, inclusive, os direitos dos mais fracos fossem respeitados. Criou-se até a desigualdade na lei, para equiparar pessoas desiguais e o homem se diferenciou do homem até que, por volta de 1930, 1940, surgiram homens que pretenderam se sobrepor à lei e nós tivemos o período áureo do fascismo, do nazismo, tivemos a guerra civil espanhola, o período da II guerra mundial, em que os direitos humanos foram violentados e que alguns homens pretenderam ser donos absolutos do estado e do direito. E, aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretenderam transportar para a sociedade dos homens, para a sociedade civilizada, a lei da selva, onde não há lei, onde prevalece a lei do mais forte.

E nós, estudantes de direito, nós da nossa geração ouvíamos dizer que em alguns países, homens não respeitavam as leis. Governantes se sobrepunham às leis, se sobrepunham aos

Estados; ouvíamos dizer que houvera uma época neste País, em que havia se instalado uma ditadura de 30 a 45 — e que o Congresso foi eliminado, em que os partidos foram destruídos; em que se recorreu, inclusive, à lei de proteção dos animais para reivindicar respeito aos direitos da pessoa humana.

Pensávamos que isto era história, pensávamos que isto era do passado, pensávamos que isto ocorria em outros países — nunca poderia ocorrer no Brasil; ledo engano; isto também ocorre no Brasil. E, ocorre no Brasil de 1977.

Já não aqui prevalece a lei dos homens, mas a lei da selva; a lei do mais forte, a lei de quem tem poder a lei de quem sente dono, senhor de barão e cutelo de cento e dez milhões de brasileiros.

Não, Sr. Presidente; quero registrar nesta hora, mais do que o meu protesto, a minha revolta e até minha náusea, quando vejo homens fazendo o que fazem com o Brasil de hoje.

Não, Sr. Presidente; não houve reforma política; não houve reforma de Constituição, porque Constituição não existe neste País. A última Constituição que aqui tivemos, foi a de 1946 porque votada por uma constituinte livre, democrática e legitimamente eleita pelo povo desta Nação.

1967 — não foi Constituição mas, mesmo assim, o Presidente Castelo Branco, legalista, preocupado com o respeito à lei, constituiu uma Comissão de Juristas para elaborar um projeto de Constituição. Este projeto foi elaborado e foi mandado ao Congresso Nacional, para que o votasse e o aprovasse em tempo certo e determinado.

Em 1969, três ministros militares, julgando-se portanto donos absolutos do Poder Executivo, outorgaram uma Constituição a pretexto de uma Emenda Constitucional, com poderes que nunca ninguém lhes deu. E ao lado desta Constituição, e acima desta Constituição, impuseram instrumento nauseabundo, como é o Ato Institucional número 05.

Veio este ano com uma justificativa para combater a corrupção e a subversão e para permitir poderes absolutos a quem detivesse o poder. O Presidente da República assumiu prometendo a distensão. E todos acreditamos na sua palavra. Todos acreditamos que a sua intenção era honesta e verdadeira de restabelecer o respeito à lei neste País. Mas o respeito à lei não se fez.

E já agora vimos que fomos enganados. Já não sei mais se possa acreditar na palavra das autoridades deste País e infeliz do País em que o homem do povo não possa acreditar na palavra das suas autoridades. A pretexto de uma reforma do Poder Judiciário em que o Congresso exerceu o seu direito legítimo de recusar o ato e aí não o Partido, foi todo o Congresso, foi uma decisão do Congresso Nacional, houve por bem, aquele que responde pela primeira Chefia da Nação, usar dos seus poderes ditatoriais e decretar o recesso do Congresso Nacional.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, que naquela ocasião ele dizia que assim fazia porque, se estava exercendo uma ditadura da minoria no Congresso Nacional. E a pretexto de uma ditadura da minoria no Congresso Nacional, agindo de acordo com a Constituição e com o seu Regimento Interno, instalou-se, portanto, a ditadura de um homem só, assessorado por um Tabelião para fazer a Reforma do Judiciário.

E, aproveitando essa Reforma do Judiciário fazer reformas políticas que nada reformam e tudo deformam. E se disse que a nova Justiça se fará.

Que nova Justiça é essa, Sr. Presidente, que acaba com a Justiça? Que nova Justiça é essa, Sr. Presidente, que não revigora a plenitude do "habeas corpus"? Que nova Justiça é essa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não reconstitui os predicamentos da Magistratura? Que reforma é essa, Sr. Presidente, que aumenta a insegurança e a desgarantia dos Juizes, porque não lhes dá garantia nos primeiros dois anos de exercício, fazendo-os permanecer em insegurança?

Porque quem não tem segurança bem não julga.

Acaba com a Federação, com a criação de um Conselho da Magistratura que pode demitir e colocar em disponibilidade Juizes. Acaba com a duplicidade de Instância quando permite ao Supremo Tribunal Federal avocar a si, ação em qualquer ponto do território nacional. Acaba com o Poder Judiciário e transforma-o num Serviço Judiciário.

Reforma do Poder Judiciário não é. Mas tão errado, tão despreparados e tão incompetente este Governo para fazer reforma do Poder Judiciário, que ele disse que seria a Reforma Judiciária, que ele disse que seria a Reforma da Justiça, como se fosse dado aos homens todo poderosos reformar também conceitos de Justiça.

E quem ousar, Sr. Presidente, ler esse documento feito na promiscuidade e na clandestinidade, verá que nem preparo legislativo esses homens tiveram, porque ao lado de ofensas ou vernáculos, ofenderam inclusive os princípios e os critérios mais elementares do Processo Legislativo. É por isso que alguém com a responsabilidade de Primeiro Mandatário deste País, foi à Televisão e disse que a nova Justiça se fará: e à nova Justiça o seu critério se fez, nós temos o direito agora de dizer ao homem do povo, de dizer ao homem simples, que quando a Justiça que ele buscar se tornar falha, tarda e deficiente, ele tem o direito de recorrer ao rei, ao todo poderoso autocrata e dizer: onde está a nova Justiça? Quero Justiça com eficiência e com rapidez.

Mas, pelo contrário, Sr. Presidente, agora que se acabou com o Poder Judiciário, agora que não teremos Justiça neste País, porque não se pode entender Justiça, quando os poderes do Poder Judiciário e também do Poder Legislativo foram concentrados em apenas um Poder. Quando, como homem do povo, me sentir ofendido, pelo Poder Executivo, a quem devo recorrer? Julgar-me-á: aquele mesmo que me ofendeu? Não! Não é possível haver democracia, não é possível haver Poder Judiciário num sistema como este.

É por isso, Sr. Presidente, que eu sei que eles serão cobrados amanhã por esta nova Justiça. E eu vou dizer ao homem do povo em todo o canto em que estiver, em toda cidade, em todo distrito, em toda vila, em toda rua, em toda água, que ele pode cobrar desta nova Justiça. E a responsabilidade por ela, será única e exclusivamente de quem a fez. Porque a fez sob a condenação de todas as inteligências, de todas as autoridades respeitáveis e responsáveis deste País.

Da mesma forma, Sr. Presidente, as reformas políticas. Mas, que reforma política? Vi nestas reformas a malícia, a malícia para preparar engodos, a malícia para preparar armadilhas, a malícia para preparar vitórias como orrivistas que arrivistas são, os que hoje detêm o Poder. E mais do que malícia, Sr. Presidente, eu vi o crime premeditado. E no crime premeditado, o dolo é mais intenso. Lembro-me que nas eleições municipais do ano passado, o Presidente da República se desvestiu da sua função de Magistrado e assumiu uma postura político-partidária, e saiu pelo País, a reivindicar, a cobrar e a pregar, a qualquer custo e a qualquer preço, a vitória do seu partido. E dizia na ocasião que o seu partido precisava ser vitorioso, porque ele poderia precisar desta vitória, futuramente.

Hoje, nós sabemos que aí estava a premeditação, que a intensidade do dolo era flagrante, porque se precisava da vitória do seu partido era para permitir o golpe de Estado que começou a ser implantado neste País em 01 de abril de 1977. Não tiveram nem felicidade na escolha da data: 01 de abril.

E de tal forma que usando deste Poder, dessa vitória, conseguida a qualquer custo e a qualquer preço, se criou um privilegiado colégio eleitoral para eleger governadores.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está lá na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana que o Brasil subscreveu, que é um dos direitos da pessoa humana, eleger livremente, por sufrágio secreto, direto, universal, os seus governantes. De tal forma, que aqueles que não respeitam este princípio, desrespeitam os direitos da pessoa humana, e não têm

portanto, o direito de se ofender com qualquer crítica menos velada que alguém faça. E vão eleger governadores; mais governadores incompetentes, vão ser eleitos: como o Governador de Mato Grosso, como o Governador do Maranhão. E como outros que por respeito, ao momento, não citarei. Vão eleger também senadores até senadores por este Colégio Eleitoral. Foi feliz o nosso líder, o bravo e corajoso, Deputado Alencar Furtado, no seu discurso de reabertura do Congresso Nacional. Endosso a miúdo e por inteiro as palavras que ele disse naquela ocasião. Mas, digo mais: digo, diante desta Reforma e deste Colégio Eleitoral, para eleger senadores, digo, Sr. Presidente; — o imperador romano, foi comedido. Este, fez senador, apenas "Incitatus". Apenas um.

Mas o que se comprova, o que se verifica diante de tudo isto, é que não houve a preocupação, nem a justificativa desta área da subversão. Já não se pode mais arguir como pretexto, subversão neste país, porque subversão não existe.

E a corrupção? Porque também ele usando dos poderes discricionários e ditatoriais não se criou legislação drástica para acabar de uma vez por todas com a corrupção que campeia na administração federal e nas administrações estaduais deste País. Por quê?

Será porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a corrupção é crime próprio de quem administra? Mas nós sabemos que ela existe. Ainda ontem os jornais divulgam que um fanático e um rancoroso e um rançoso senador da ARENA, Dinarte Marins denuncia a corrupção em órgãos públicos federais: protecionismo e corrupção. Então ela existe. E por que não se a combate? Por que não se faz também reformas drásticas e enérgicas, para acabar com a corrupção neste País? Não. Importa apenas continuar no Poder como príncipe desencatado; não como "pequeno príncipe" de Saint Exupéry; porque esse era bom e puro idealista; mas como um príncipe desencantado. Que pretende legislar para um futuro que não será seu, mas, da nossa geração.

Sr. Presidente, o que me parece é que usando a força como usou, dando o golpe de Estado como se deu, esse Governo pretende esconder e mudar, e transferir, e desviar a atenção popular, para o seu próprio fracasso. Reconheçamos: esse é um Governo que fracassou politicamente, e que fracassa administrativamente. Terrível é a nossa situação econômica. Dramática é a nossa situação econômica em que a maioria do nosso povo não tem poder aquisitivo, em que os empresários já não têm condições de capitalização. É no meio empresarial, que tenho assistido as críticas mais sérias a este Governo.

Os ministros econômicos já não merecem mais o respeito dos empresários; são objeto, inclusive de piadas, de redicularizações. Portanto, não vejo qual o respaldo popular que tem este governo. Do trabalhador não tem; do estudante não tem; do funcionário público não tem; da lavoura não tem; do empresário não tem. Quem o apoia? Quem garante o seu governo? Apenas a força. Apenas a força e nada mais que a força.

Tivesse respaldo popular e se submeteria a uma eleição. Eu até poderia propor aqui que, se sentindo onisciente, onipresente, e Todo Poderoso, o Sr. Presidente da República, Ernesto Geisel, poderia já no final do seu Governo, disputar uma eleição direta para Senador em qualquer Estado. Escolha o Estado e, no que escolher será derrotado.

Poderia, Sr. Presidente, dizer que esses fatos, que esse golpe de estado não nos desestimula. Não. Porque estamos certos, estamos seguros como esteve um dia, Otávio Mangabeira, quando nos fundos do cárcere do "Estado Novo", escreveu na parede: "ninguém pode tudo, sobretudo, ninguém pode sempre".

Ninguém pode tudo, ninguém pode sempre!

Porque sei disso, continuarei a luta. Acho que o meu Partido, mais do que nunca, deve continuar vivendo, lutando, resistindo, eles têm que dar conta.

Ninguém pode usar a força; ninguém pode enganar sempre!

A nossa hora, a hora do povo, vai chegar.

E eu só faço votos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que esses homens que tanto mal têm cometido e praticado contra este País, que esses homens tenham vida longa. Peço a Deus que eles tenham vida longa para responderem, amanhã, pelo mal que estão praticando.

Lutarei nesta escuridão, lutarei nesta hora difícil, porque eu sei, Sr. Presidente, que "faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar".

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência

consulta o Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, se deseja ocupar o horário que é reservado ao seu Partido?

O SR. TRAJANO BASTOS — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Lê): "Infeliz é um povo sem Constituição, ou contando com uma Constituição em que ninguém acredita. Quem menospreza a Constituição, ilaqueando a boa fé nacional para em causa própria legislar, afronta o povo e prejudica o País".

"Sr. Presidente, Srs. Deputados a nação brasileira assiste estarecida à enxurrada de editos, decretos e decisões emanadas do desconsenso social.

A nação brasileira vê falir, no seu ato final, o ideário construído na última década. Ela que, adolescente em sua formação política, sempre se manteve aberta ao entendimento, ao diálogo de cima para baixo. Ela que, por essa mesma imaturidade e envolvida pelas mais fantasiosas magias e mistificações, acreditou que o exercício do poder está ligado ao exercício da razão.

Porém é certo que a falência das soluções autocráticas, que a evidência do desencontro de interesses entre governantes e governados, deslinda — através do assombro — que os caminhos para a solução dos problemas nacionais não se confundem com os do arbítrio de grupos.

Durante mais de uma década o povo brasileiro foi compreendendo que são diferentes, distantes e opostos às suas aspirações ao trabalho, à organização e ao progresso, os agora confessados empenhos minoritários que monopolizam o governo.

O abismo entre a nação brasileira e os governantes agora é visto em toda a profundidade. E não foi preciso nenhum trabalho de sapa, de contestação de parte dos grupamentos políticos, para que se fizesse a evidência. O próprio governo, em seus planos limites, se encarregou de mostrar o proibido, de demonstrar o escondido.

Bastou que o povo continuasse a dizer de suas pequenas reivindicações, quando isso lhe era permitido; bastou que a intelectualidade se mantivesse alerta e alertando a nação; bastou que os políticos fizessem seus mínimos requerimentos e pronunciassem alegóricas falas; e que a imprensa desse conta de algumas ponderações, sob o guante da censura. E que se tomassem equívocas as relações entre o poder e o Governo. E então a cortina ruiu: por obra e graça do açodamento, das contradições entre os que aspiram a empalmar todo o poder de decisão.

Senhores Deputados:

Não é preciso ser profeta para afirmar que as lições dos últimos anos têm sido tão impressionantes, graves e indelévels, que o conjunto das idéias defendidas pelo Governo entrou em crise com o atual sistema. Se o sistema se mostrou irracional, portanto inviável, com ele está tendo o condão de arrastar à falência não só as elocubrações dos Srs. Gama e Silva e Golbery do Couto e Silva, como também dos Srs. Deputados Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. E, de maneira ainda não avaliada, as próprias idéias de que tenhamos a possibilidade de chegar à democracia política.

Porque o nosso esforço — o esforço de todos os brasilei-

ros — não constitui mais do que uma coonestação às medidas que o Governo vem entendendo impor à Nação.

E, repito, é oportuno que se dê destaque ao que diz "A Folha de São Paulo" (Em sua edição de 14 de abril de 1977):

"Em tempos que não muito distantes, quando o assessoramento político dos chefes do Governo era feito por gente do quilate de Milton Campos, Pedro Aleixo, Daniel Krieger e Adauto Lúcio Cardoso para consumir seus erros o Executivo tinha que passar sobre o cadáver de seus melhores amigos.

Esses homens não se curvaram às imposições do Poder; antes se valiam das facilidades de acesso ao Presidente para aconselhá-lo no melhor sentido. Se a tendência do Governo conflitasse com seus ideais democráticos, eles formavam a primeira linha de oposição, e pagaram por isso.

Milton, Ministro da Justiça da administração Castelo Branco, não conseguindo evitar a edição do Ato Institucional número dois, recusou-se a assiná-lo e abandonou o cargo. Pedro, vice-Presidente da República, foi impedido de tomar posse e acabou em prisão domiciliar, na luta para reconstitucionalizar o País. Krieger renunciou à liderança do Governo e à presidência da ARENA quando o Marechal Costa e Silva insistiu no processo do Deputado Márcio Moreira Alves, que precipitou a crise, levando ao AI-5. Adauto, na Presidência da Câmara, preferiu ver o Congresso fechado, mas não o transformou em uma dependência subalterna do Executivo.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos dizer o mesmo do Sr. Petrônio Portela, do Sr. Eurico Rezende, do Sr. Marcos Maciel e muito menos do Sr. José Bonifácio.

A categoria dos políticos, quaisquer que tenham sido as intenções e programas não fez mais perante a opinião pública do que convalidar o que foi baixado por decreto, ato ou regulamento. E se havia alguma dúvida a respeito, a plethora de abusos significativamente chamada "pacote" foi a pá de cal nas ilusões.

E nos vemos hoje andando à volta. O governo empurra a vida social e política ao período do voto nulo, ao período de descrença. Quando outras alternativas eram colocadas à juventude especialmente, porque o governo se apropriava do que é de todos; o governo se dispunha a tutelar a nação, contra os interesses fundamentais desta.

Mas é preciso que fiquem bem claras as responsabilidades. Nós nos recusamos a dividir a responsabilidade pela ofensa à Nação pelos abusos que se estão cometendo. Não podemos assumir a responsabilidade quando o governo diz à opinião pública que o sistema que foi até aqui tolerado pela nação mas a ela imposto é um sistema inviável. É um sistema que se vale de pacotes e miniconcílios para editar as regras da vida social e política.

A confissão de que acima dos interesses nacionais e sociais expressos pelo povo, os sábios, hermeneutas e demiurgos vetam, decidem e impõem, a seu próprio talento.

Os governantes estão dizendo ao povo, e enfaticamente repetindo, que não lhes importa o que pensem e desejem as classes trabalhadoras, do campo e da cidade, o empresariado pequeno e médio que constituem a esmagadora maioria, os estudantes e os intelectuais. Não lhes importa a nação, porque nação somente pode ser entendida como esse grande conjunto social.

E chegamos, no campo social e jurídico, aos limites de sabedoria e da razão. Que governo de nosso tempo pode outorgar-se a cisão confessada com os interesses populares? Que nação civilizada pode prescindir na jurisdição institucional? Para onde nos levam esses caminhos? Com certeza a um desafio, a um repto para saber se a Nação pode se defender.

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

O embrulho de decisões que o Governo se dignou informar aos seus representantes no Congresso torna os maus preságios em fatos. E estamos ao fim do parto. Não é a nação que dá luz às formas jurídicas, mas uma pequena constituinte que

se sobrepos ao povo. A reforma do Judiciário não tocou nenhum dos problemas candentes que fez e faz o povodesesperar da Justiça; tampouco chegou a atender no mínimo à consciência política e jurídica deste país. E a Justiça continua lenta e cara, inaccessível aos desprovidos de recursos. E o Sr. Presidente da República alegou ao povo que estava realizando as reformas tão ansiadas pela Nação.

Talvez numa crise de consciência, o governo baixou a Reforma do Judiciário acompanhada de sanções de lei já anunciadas: as férias de 30 dias e o estreitamento da denúncia vazia sobre os alugueis. E poderá ocorrer que, se espoucarem alguns foguetes soltos por cabos eleitorais, se confundam as comemorações.

Podemos dizer que nosso país é um país subdesenvolvido, e que está cada vez mais se subdesenvolvendo em termos políticos. Mas o povo brasileiro tem recebido preciosas lições e começa a fazer proveito. O povo brasileiro está entendendo o sentido das atuais reformas empacotadas.

Ficou muito claro que o governo deseja apenas e essencialmente avocar-se o absolutismo, isto é, o poder absoluto de decisão. Ficou muito evidente que determinadas pessoas encobertas pela denominação de "sistema" desejam assegurar-se e compartilhar o poder político, mas desejam e exigem que toda a Nação se curve e coonestesse esse desejo anti-social.

Nas negociações que se realizaram a portas fechadas atribuiu-se um período de 6 anos, como mandato ao novo presidente nomeado, para conseguir que o processo sucessório não chegasse à vida política da Nação; não perturbasse o sossego dos atuais governantes.

E então compreendemos que essa era uma condição a ser resolvida no estreito âmbito das decisões. E ficamos sabendo apenas de aspectos do que deverá custar ao País esse encontro de interesses minoritários. Sequer deixamos de saber por que não 8 ou 10 anos, uma vez que se trata de uma nomeação, onde a vontade popular não tem reflexo.

Entretanto, Senhores Deputados, o atual Governo sabe que não poderá governar em tão estreitos limites. Precisa promover o encontro dos mini-interesses e uma base social mais alargada. Não tão grande que dilua o poder central, mas não tão pequena que estabeleça o confronto dentro do próprio poder a um nível insustentável.

E os estrategistas se preocuparam com os problemas referentes à cúpula do empresariado brasileiro, tomando uma série de medidas para lhe assegurar maior participação nas iniciativas governamentais e nas instituições de crédito. E atraíram politicamente grupos representativos da grande empresa brasileira, pra renovarem promessas de fidelidade. Os pacotes econômicos e monetários estão aí a mostrar as preocupações e a fragilidade também do governo.

E tinham seus epígonos, na estrutura do Estado, que resolver o problema das instituições modelares e sua formal composição: e decidiram que o povo não terá acesso ao poder; e nem sequer seu partido provisório — o Movimento Democrático Brasileiro — poderá galgar postos decisivos nos três poderes formais em que se dividiu a República.

E os chefes do governo correlacionaram as medidas necessárias à preservação do poder. Como as eleições diretas constituem um relativo risco, novas mudanças em sua própria regra do jogo: fica adiado "sine die" a representação popular no governo. As eleições para governador serão resolvidas por um colegiado de maioria oprimida porém obediente, com dois vereadores por município e um por quociente municipal de 200 mil habitantes".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que dispunha se esgotou e lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluirei, Sr. Presidente.

"Todavia, além do grave perigo de o povo galgar o poder

através da participação no Executivo, havia a perspectiva de a oposição conseguir maioria no Senado nas próximas eleições. E o governo criou a sublegenda, visando a formar a soma dos miniprestígio popular de seus burocratas nas diversas entidades oficiais que controlam a economia nacional. E ainda temeroso, decidiu nomear 1/3 dos legisladores no Senado Federal, desfigurando como no tempo da colônia a representação do Estado na Câmara Alta".

E vale aqui, Sr. Presidente, que se registre e que se repita o que disse Alencar Furtado na Câmara Federal, a esse respeito. Alencar alegou Rui Barbosa, cuja cadeira no Senado será ocupada, dentro em pouco por um Senador sem voto e sem povo, quem nem um Estado representa senão o visgo pegajoso da servilidade. Não será um Senador aquele que for eleito indiretamente por colégios eleitorais pré-fabricados. Na cadeira de Rui, não pode sentar-se um picareta da República.

A instituição definitiva do colegiado de minorias para governar e legislar, cujo colegiado tem apenas a atribuição de coonestar e ratificar as nomeações previamente feitas pelas pessoas atrás do código "Sistema", não é uma surpresa.

É o natural desaguadouro de um modelo econômico político que se deteriorou e que agora, atolado em suas próprias contradições, não vai mais para a frente.

A garantia para os desmandos, para o abusivo toque do poder discricionário, está na própria fonte reguladora do poder.

Os regimes de força não são regimes jurídicos; não guardam nenhuma relação com as conquistas civilizadas dos homens. Constituem a presença da vida anti-social na sociedade moderna.

Constituem esses regimes, sistemas ou como se queira denominá-los a expressão do passado, do atraso, do arbítrio de grupos e da autocracia. Não se ajustam à razão e ao pacto social moderno.

Temos a representação pseudo-jurídica do Ato Institucional, como fato e norma extralegal, inexplicita, a reger pela vontade interpretativa de pessoas recolhidas à sombra do "Sistema" a vida de todo o povo brasileiro.

Os Atos Institucionais e a Lei Falcão são o resultado e a fonte geradora da decisão política. O que acontece debaixo de suas asas negras não passa de fátuo evento embora com graves consequências sociais. Mas são um desafio às aspirações nacionais.

E assim, os responsáveis de hoje pelos destinos do governo e do País, cortaram os últimos laços que nos ligam à vida constitucional, à possibilidade de tornar compatíveis poder e povo, governo e nação. Daqui para diante os próprios acontecimentos políticos correm exclusivamente por conta e risco dos que chamamos governo".

Srs. Deputados, que a consciência nacional, reconduza este País ao seu objetivo, ao seu futuro.

Srs. Deputados, que Deus, salve este País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Encerrada a Hora do Expediente, passaremos à

ORDEM DO DIA.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência pede desculpas a V. Exa., Sr. Deputado Gilberto Carvalho, e consulta às Vice-Lideranças da ARENA se desejam usar o espaço que regimentalmente é destinado ao Partido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu pretendo usar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendo aqui fazer uma análise da Reforma Política Judiciária, porquanto, deveremos já na próxima semana ou nesta ainda, reunir o nosso Partido para depois, oficialmente, falarmos

sobre a Reforma Política.

Mas, não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento em que ouvimos pronunciamentos com referência à Reforma, em que se diz da falta de apoio político ao Governo...

Nobre Deputado Lúcio Machado que me pede o aparte, eu lamento não poder concedê-lo, porquanto, nós temos 15 minutos e não será suficiente para aquilo que pretendemos comentar.

O Sr. Lúcio Machado — Quería dizer a V. Exa. que Reforma não houve.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Por este motivo, eu não aparteei os Deputados que estavam na tribuna, porquanto sabia que meu tempo seria de 15 minutos.

Portanto, não é de hoje, que a Oposição prega que o povo não está ao lado do Governo. Cansamos de ouvir críticas violentas contra o Governo da União. Nas últimas eleições municipais o povo deu uma consagrada vitória à ARENA, provando que aprova as medidas do Governo. Aprova porque sabe que o Governo está preocupado com a segurança, a paz e a ordem neste País.

Não é o bastante criticar. O povo sabe que o Governo está preocupado com o futuro da Pátria. Temos também ouvido críticas à Reforma do Judiciário. Contudo, cabe lembrar que o próprio Supremo Tribunal Federal cumprimentou S. Exa. o Sr. Presidente da República, Ernesto Geisel, pela sua decisão.

A Reforma Judiciária, encaminhada ao Congresso, uma reforma eminentemente técnica, não teve a cobertura que se esperava, para a sua aprovação. Esperava que o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra aos eminentes Srs. Deputados que o Sr. Gilberto Carvalho avocou para si os 15 minutos regimentais e desde que S. Exa. não concede apartes, a Presidência faz apelo que o orador não seja interrompido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esperava-se que o Governo fosse discutir também a reforma política; se numa reforma técnica em que precisava o apoio de todos não encontrou da Oposição, mas, simplesmente um não da sua aprovação, usou o Sr. Presidente, das medidas que lhe cabiam por direito e por lei. Dentro da Constituição, fazendo as alterações necessárias. É tão violenta e tão ilegal, que nós gostaríamos de ver agora quando for para indicar o Senador pela Guanabara, quando for para indicar o Governador pela Guanabara, se o MDB não vai aceitar a disputa.

Quero ver agora se o MDB onde tem a maioria, não vai aceitar as regras do jogo.

Reclama onde não tem condições. Nós vemos a preocupação. Falou-se agora há pouco no Governo Costa e Silva; na edição do Ato número 5; todos nós estamos lembrados que quando assumiu o Presidente Castelo Branco, o homem, o grande estadista, o homem que pensou no municipalismo, no engrandecimento deste País — porque é só fortalecendo o municipalismo que nós poderemos fortalecer este País — assumindo o novo Presidente Costa e Silva e procurando dar a plenitude democrática a este País, também não encontrou apoio porque já estava indo para a baderna. E digo e repito mais uma vez que, graças a Deus, já aconteceu o caso Márcio Moreira Alves. E voltou, como deveria ser. Porque de maneira nenhuma os brasileiros querem voltar a 64. Os brasileiros querem o progresso, querem o desenvolvimento.

Os brasileiros querem que se dê amparo. Nós sabemos que hoje lutamos com dificuldades mas ninguém pode negar que o padrão de vida hoje, no Brasil, melhorou. Que hoje o trabalhador tem mais assistência. Que hoje ele pode mandar seu filho para as Universidades, o que não podia nem pensar. Pensava simplesmente num curso primário. E não tinha maneira nenhuma, não tinha financiamento, não tinha assistência. Hoje o Governo procura dar todo o amparo legal.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela ordem). — Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem, para solicitar de V. Exa. que, muito embora o ilustre Deputado Gilberto Carvalho se negue a dar apartes ao Plenário, somente agora, que eu levanto esta questão de ordem, é que o som se restabelece na Casa. Acho que não haveria motivos e não acredito até, que o corte do som tenha partido de uma ordem de V. Exa. Somente agora vejo acender a luz verde à minha frente. Muito embora o ilustre Deputado se negue a dar apartes, não se justifica que o som da Casa fique prejudicado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. lembrou à Presidência, que a Presidência poderia adotar esta providência. A Presidência não adotou a providência, mas poderia vir a adotá-la se o orador que se encontra na tribuna for, intempestivamente, interrompido no seu direito de falar no horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Obrigado, Sr. Presidente.

Falou-se no subdesenvolvimento em termos políticos. Pergunto: qual é a colaboração recebida da Oposição para o desenvolvimento político?

(Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência solicita, do Serviço de Som, que isole os microfones do Plenário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na hora em que se procura escolher os candidatos para o Congresso Nacional, para a Assembléia Legislativa do Estado, para as Câmaras Municipais, temos tido a preocupação de escolher aqueles que levamos à consideração dos eleitores. Mas, sempre pensando, acima de tudo, na sua condição de bem desempenhar as funções para as quais se propõem. E aí, Sr. Presidente, não vimos colaboração da parte da Oposição.

Gostaria de entrar em outro ponto e tecer alguns comentários.

(Tumulto no plenário. Soam os tímpanos).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. informasse quantos minutos nos restam.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. já falou 7 minutos, restam portanto, 8 minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Obrigado, Sr. Presidente. Reservarei dois minutos do final do meu pronunciamento para conceder apartes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo-me, agora, em condições de fazer uma análise de que não tem havido a contribuição da Oposição para o desenvolvimento político.

Posso citar, como exemplo, a minha região, onde fomos procurado pelo nosso Partido, mas não aceitamos disputar a eleição para o cargo de Prefeito Municipal. Aceitou-a um homem corrupto. E isso podemos provar por documentos. Um homem que construiu uma escola e pegava um recibo da construção e uma assinatura do empenho. Contabilizava os dois documentos. Muitas vezes, em seguida, dava o cheque, que era contabilizado na Prefeitura, mas, no Banco não existia mais saldo.

Esses fatos todos os Srs. Deputados têm conhecimento, porque, com o fito de diminuir nosso prestígio em nossa região, foi lançado um candidato local para concorrer à eleição para deputado estadual, um trabalhador, homem cumpridor de seus deveres, mas, sem nenhuma condição para disputar nem o cargo de vereador, foi quase eleito deputado estadual. Se tivesse corrido a deputado federal, teria, certamente, sido eleito.

Então, perguntamos, qual teria sido essa colaboração que a Oposição estaria dando para o desenvolvimento político.

E, como já disse, não houve golpe de Estado. O Congresso recebeu a Mensagem da Reforma Política e esta foi negada. Não houve golpe de Estado porque o Presidente procura garantir ao País a tranquilidade e a paz em que vivemos, dando a segurança ao nosso povo, proporcionando o desenvolvimento de melhores dias. O que precisa, isto sim, é o entendimento e o

aprimoramento dos partidos políticos, para que juntos possamos alcançar a plenitude democrática que todos nós desejamos e queremos.

Isto só se consegue sem os ataques demagógicos, pensando na segurança e desenvolvimento do País, e havendo diálogo. É isto que o Presidente procurou e que lhe foi negado.

Concedo o aparte ao Deputado Lúcio Machado.

O Sr. Lúcio Machado — Nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Seria impossível apartear-lo porque a blasfêmia foi tão grande que, em meio minuto não poderia ter condições de contestar. Muito obrigado pelo aparte que me concedeu. Naturalmente, em outra oportunidade, contestarei a blasfêmia de V. Exa.. Blasfêmia contra o povo, contra a Nação brasileira que está passando fome e passando miséria, e V. Exa. está batendo palmas ao estado de coisas que acontece neste País.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concedo o aparte ao Deputado Trajano Bastos.

O Sr. Trajano Bastos — Ilustre Deputado Gilberto Carvalho.

Dentro de tão pouco espaço de tempo que V. Exa. me concede, eu apenas diria a V. Exa., ilustre Deputado, que ao elogiar V. Exa. o recesso do Congresso Nacional, as medidas e as ditas reformas adotadas pelo sistema, reformas estas que não foram ouvidas nem sequer as Lideranças de vosso Partido, V. Exa., nesta tarde, quando toda a Nação está enlutada, pelo arbítrio e pelo discricionarismo, V. Exa. pede um grito de carnaval num dia de velório.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. talvez não ouviu bem. Não elogiei o recesso do Congresso. Recesso este que nem o Presidente queria. E nenhum de nós quer: o recesso de uma Casa Legislativa.

O Sr. Trajano Bastos — V. Exa. tanto elogia que faz louvor às medidas tomadas no recesso.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Já havia feito um pronunciamento no outro dia, falando sobre isto em plenário, dizendo...

O Sr. Trajano Bastos — V. Exa. é incoerente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — ... que nenhum de nós queria o recesso. Este recesso foi praticamente exigido pela Oposição.

O Sr. Dácio Leonel — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, no seu pronunciamento podemos observar que V. Exa., ao falar a respeito da posição do Estado do Rio, deixou uma dúvida sobre a posição da Oposição.

Ontem, "O Estado de São Paulo", trouxe uma entrevista do Senador Roberto Saturnino, do MDB, e, à certa altura, o Senador do Rio diz o seguinte:

"Outros pensam que, não obstante o nosso repúdio à escolha indireta e sem nenhuma interrupção a abrandamento da luta pelas eleições diretas, se o Partido continua combatendo pelos seus ideais, temos o dever de aproveitar todas as oportunidades que surgirem para conquistarmos posições importantes.

O Governo do Estado do Rio é importante para o crescimento do MDB, para sua afirmação, para uma demonstração de capacidade executiva dentro de padrões da mais alta eficiência e honradez e voltado, com prioridade absoluta, para os problemas fundamentais do povo.

Nós estamos aguardando a decisão que o MDB venha a tomar, para sabermos se aceitará ou não a governança e uma senatória.

Muito obrigado.

O Sr. Osvaldo Macedo — O Sr. Deputado Gilberto Carvalho permitiria um aparte de um minuto? (Assentimento).

Sr. Deputado Gilberto Carvalho, fico muito contente em saber que um homem do Paraná foi um dos privilegiados, um dos escolhidos para explicar o que os autores não tiveram a coragem de fazer.

O Sr. Presidente da República que foi o autor, se negou,

tanto por si como pela sua assessoria, de justificar a violência prática.

Sou contra; somos contra. Acho que não fica bem, não dignifica nenhum parlamentar, justificar reformas antidemocráticas, reformas anti-eleitorais e, sobretudo, justificar o recesso do Congresso Nacional. Sei que se buscaram fórmulas maliciosamente, para se obter o poder em todos os Estados. Mas, V. Exa. sabe que eles também não são gênios e não conseguiram encontrar uma fórmula que incluísse o Estado do Rio de Janeiro, no rol dos governantes arenistas. O que eu quero dizer a V. Exa. é que nós, do MDB, não fazemos questão, não queremos eleição direta.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas o MDB aceita a Guanabara.

O Sr. Osvaldo Macedo — Não queremos eleição direta. Dispomos, e nós queremos disputar eleição direta para Governador, também na Guanabara. Escolham um candidato da ARENA, pode ser até o Presidente Geisel a concorrer com um candidato do MDB na Guanabara. Que venha concorrer conosco. É isso que nós queremos.

Não se justifica, é que um parlamentar, que tenha obtido o seu mandato pelo voto popular, ouse justificar o injustificável.

Sr. Deputado, quando se troca a honra e a dignidade de um mandato popular, pelo balir de ovelhas, é porque se aceita, também, condições menos recomendáveis.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, não preciso justificar, depois de um pronunciamento que o Presidente Geisel fez, quando decretou o recesso do Congresso. Explicou ao povo brasileiro. Falo, aqui, com independência. É a quarta eleição que estou disputando: — já disputei uma como Vereador, como Prefeito e duas como Deputado. Aceitamos a regra do jogo, se assim é melhor para o País. Desta vez terá a participação também dos Srs. Vereadores, na escolha, tanto do Paraná como da Guanabara e dos outros Estados.

Tenho certeza que a resposta, o povo brasileiro haverá de dar, mantendo na segurança e no desenvolvimento como vai o País. E só alcançarmos a plenitude democrática que nós tanto queremos, e que o Sr. Presidente também quer, desde que haja compreensão e entendimento da classe política.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 216/73, de autoria do Deputado JORGE SATO, que disciplina a função de despachante perante a Secretaria de Segurança Pública, exceto o DETRAN, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ., e CP., por unanimidade. — Emenda de Plenário. — Em votação o projeto, ressalvada a emenda. — Aprovado, artigo por artigo. — Em votação a emenda. — Aprovada.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 153/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo a transferir para o DER a conservação e melhoria das estradas de GUARANIAÇU - ALTAMIRA. Parecer favorável da CCJ., CF e COPTC., por unanimidade.

PROJETO DE LEI NÚMERO 153/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o DER os encargos de conservação e melhoria do trecho de estrada que sai do município de Guaraniaçu, passa por Santa Luzia e segue até Altamira, município de Palmital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1975

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada que se encontra em estado precário e crítico, tornando-se intransitável em épocas chuvosas, sobretudo pelos aspectos acidentais do solo dessa região.

A necessidade de que seja promovido o alargamento, melhoria e conservação dessa rodovia, como já ponderamos em requerimento endereçado ao Senhor Secretário dos Transportes, é urgente, por tratar-se de região essencialmente agrícola e que depende de estradas em condições, ao menos razoáveis, para o escoamento das safras de vários municípios que poderão se beneficiar com tal via de acesso.

A referida estrada vem sendo mantida pelos municípios que por ela são inter-ligados e, principalmente por Guaraniaçu, da qual se serve toda a população regional do Vale do Piquiri.

Passando o encargo de conservação para o DER, o Estado estará beneficiando, igualmente, além do Distrito de Altamira, situado no Oeste de Palmital, mais os municípios vizinhos de Roncador, Nova Cantu, e Campina da Lagoa, cujo escoamento de seus produtos é feito através das rodovias de Campo Mourão ou de Pitanga, representando considerável acréscimo de quilometragem em relação ao percurso normal a ser percorrido.

Enfim, permitindo-se a melhor conservação da estrada Guaraniaçu-Altamira, e procedendo-se os melhoramentos que se fazem necessários, reduzir-se-á a distância daquela região ao Porto de Paranaguá, e, como consequência natural, adirão benefícios de grande monta e real economia para o Estado.

Dada a impossibilidade do atendimento imediato solicitado nesse mesmo sentido à Secretaria dos Transportes, através de requerimento, conforme noticiou pelo ofício número 423/75 do titular daquela Pasta, endereçado a esta Casa, acreditamos que a aprovação deste projeto de lei será o meio hábil para que se possibilite tornar realidade a justa e reiterada reivindicação da população daquela progressista zona agro-pecuária.

Ademais, a decantada estrada que o Governo anunciou pretender levar à construção em setor leste de Palmital, ligando estes municípios a outros e demandando a Guarapuava, virá também ser alimentada alternativamente pelos usuários carentes desta pretendida rodovia. Daí acreditar-se que, pelo seu caráter de prioridade, a administração estadual, após deliberação deste Plenário, acolherá este plano de lei para determinar as necessárias providências.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 153/75

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, o presente projeto de lei 153/75, visa integrar no Plano Rodoviário Estadual em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga o município de Guaraniaçu-Altamira.

O projeto se encontra plenamente justificado, e do seu exame, deduz-se a necessidade para a região, da obra pretendida.

No entanto, a constituição estadual no seu Art. 35, veda totalmente tal iniciativa por meio desta Assembléia, isto porque, a inclusão de obras no Plano Rodoviário que não programadas pelo Executivo, importa em aumento de despesa pública.

Isto exposto, o nosso parecer é pela rejeição do projeto por julgá-lo INCONSTITUCIONAL.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 153/75

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada Guaraniaçu-Altamira.

Conforme a douta Comissão de Constituição e Justiça, opinou, a matéria deste plano de lei é vedada pela Constituição Estadual, pois trata-se de aumento da despesa pública, o que é iniciativa do Sr. Governador.

Nestas condições, nosso parecer é pela REJEIÇÃO do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei número 153/75

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, tem por objetivo autorizar o Chefe do Poder Executivo a transferir para o DER, para efeitos de conservação e melhoria, o trecho da estrada que liga Guaraniaçu a Altamira.

Sobre o projeto já houve a manifestação das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, as quais opinaram contrariamente ao mesmo face às disposições constitucionais que vedam a iniciativa por este Poder de projetos que alterem a despesa do Estado.

Entretanto, tendo-se em vista que o projeto tem o caráter autorizatório, fixando a sua execução a cargo da disposição do Chefe do Poder Executivo, nos manifestamos, no âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, FAVORAVELMENTE ao mesmo, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer s.m.j.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1976.

(aa) ALFREDO GULIN — Presidente

FUAD NACLI — Relator

— Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, nós levantamos a questão de ordem, uma vez que, como membro da Comissão de Constituição e Justiça estranhemos a pauta. E queremos alertar V. Exa., que os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças são pela rejeição da matéria, decisão unânime dessas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. está com a razão, Sr. Deputado Dácio Leonel.

Houve equívoco na elaboração da Ordem do Dia. Antes de colocar em votação, para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedimos para discutir o Projeto de Lei número 153/75, de autoria do eminente Deputado Fidelcino Tolentino. Mas não pretendemos discutir da sua validade ou da sua inconstitucionalidade, porque me parece que o parecer das respectivas Comissões foram contrários ao referido projeto.

Mas, Sr. Presidente, nós que representamos essa região, nós que temos procurado trazer à região Centro-Oeste do Estado do Paraná, todo o atendimento possível, entendemos perfeita-

mente da validade desse projeto. E é por isso que queremos de público e desta tribuna, não discutir da sua validade, mas discutir Sr. Presidente, da sua utilidade. Porque foi muito feliz o eminente Deputado Fidelcino Tolentino, que infelizmente não se encontra nesta Casa, quando pela vez primeira é votado o seu projeto. Não queremos evidentemente, defendê-lo, mas queremos, isto sim, representando aquela região, trazer aqui de público o nosso aplauso e o nosso apoio a este projeto, porque foi também feliz, como dizia, na sua justificativa o eminente Deputado, quando diz: "Trata-se de uma estrada que se encontra em estado precário e crítico, tornando-se intransitável em época de chuva, sobretudo pelos aspectos acidentais desta região".

É verdade que esta estrada, que liga o Município de Guarniaçu ao Município de Palmital, quando chove principalmente, ela torna-se intransitável. E é por isso, que o projeto do eminente Deputado Fidelcino, mesmo que ele não tenha o apoio necessário desta Casa, por ser inconstitucional, mas ele servirá para com um futuro requerimento que eu endereçarei a este Deputado, uma sugestão, ao Departamento de Estradas de Rodagem, ou à Secretaria dos Transportes, para que olhe com todo o carinho este problema.

Realmente, o centro-oeste do Estado do Paraná, é um vazio. E se não é todo um vazio, mas o era há poucos meses ou poucos anos atrás, é graças ao Governo Jayme Canet Júnior, que os senhores não tenham dúvida, foi o primeiro governador, que olhou por toda aquela região e por todo aquele vazio imenso.

E não seria, porque este projeto é de autoria de um Deputado do MDB, de um Deputado que tenho certeza, não obtive nem um voto naquele município; que nós que representamos o Partido da Situação nesta Casa, nós que temos a incumbência de representar principalmente o Centro-Oeste do Estado do Paraná, é que desejamos contra uma iniciativa para mim e para a minha região, tão dignificante.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, apenas situando a minha posição que quando apresentei à mesa a questão de ordem, em função da decisão tomada pela CCJ, eu o fiz, porque na verdade, seria até contraditória, uma posição assumida na Comissão, votando pela rejeição; no plenário votamos favoravelmente a matéria.

Porque entendo e assim também entendeu a douta CCJ, de que a intenção do ilustre Parlamentar, acha-se plenamente justificada.

Houve um entendimento de que realmente há necessidade para a região, da obra pretendida. Inclusive o relator da matéria, foi o ilustre Deputado Nilso Sguarezzi.

Todavia, medidas desta natureza são vedadas pela própria Constituição do Estado em seu Artigo 35, em que dispõe neste sentido.

Daí porque, não haveria condições efetivamente, de se votar em plenário favoravelmente à matéria, sabendo-se que o projeto ainda que aqui sancionado, ele receberia veto, e como consequência, pela sua forma inconstitucional, deveria ser mantido pelo Plenário. Agora, entendo, que pela intenção indiscutivelmente boa, do seu proponente, o melhor caminho realmente, seria o da apresentação de um expediente através de requerimento, ao Sr. Secretário dos Transportes, fazendo a solicitação, a sugestão, para que se desse atendimento àquilo que pretende tanto o Deputado proponente, como V. Exa. que representa, e com muito brilhantismo, aquela região.

Dá então a entender que, efetivamente, deveremos hoje votar contrariamente, ao presente projeto de lei, não quanto à sua intenção ao seu objetivo, mas apenas, pelo aspecto constitucional.

E depois então, esta Casa teria absolutas condições para votar favoravelmente a um requerimento que se faça neste

mesmo sentido, e que seria o caminho normal, natural, para que se obtivesse este benefício que se preconiza para aquela região. Era apenas a minha ponderação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o aparte do eminente Deputado Dácio Leonel, mas, aproveitando também, eu queria pedir à bancada do meu Partido, como se trata da primeira votação e como se encontra ausente o autor do projeto, que votasse favorável, para que na segunda votação e discussão da matéria, procurássemos um entendimento com o Deputado Fidelcino, para que se dê a este projeto um outro reapoio, para que chegue às mãos das autoridades competentes a sua pretensão e a sua reivindicação. E é por isso que nós deveremos hoje, mesmo contra a lei, mesmo contra o que preceitua o artigo 35 da Constituição, nós deveremos dar o apoio, ao mencionado projeto para posteriormente, com melhor entendimento, ou com o entendimento pessoal com o Deputado Fidelcino Tolentino, chegarmos a uma conclusão exata desta matéria.

Mas também, Sr. Presidente, vem provar o projeto do eminente Deputado, que o povo não está mais ausente; que o povo está presente nas decisões dos governos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Jurandir Messias, nós reconhecemos a necessidade de melhoria neste trecho de estrada. Mas bem sabe V. Exa. da preocupação do Governo em dar bom atendimento e por isto, lançou o programa "pro-safra". E creio não tem acontecido de passar mais nenhuma estrada para a conservação do DER.

Ao contrário o DER é de costume, entregar aos municípios que fiscalizam mais de perto. Têm as máquinas e o DER tem dado recurso óleo e três mil cruzeiros por km e ajudado com caminhões no encascalhamento destas estradas.

E creio que perfeitamente seria atendida esta solicitação no programa "pro-safra". E por isso, por esse motivo e pela inconstitucionalidade, foi que também votamos na Comissão de Constituição e Justiça, contrário a esse projeto e sabendo que não haveria nenhum prejuízo à estrada, porquanto haverá outros meios para esse atendimento.

Muito obrigado. Agradeço o aparte do eminente Deputado Gilberto Carvalho. E o Deputado também conhece, como eu, que os "pro-safra" eles têm, o máximo de 45 km por etapa. E quanto ao município de Palmital, há poucos dias, o prefeito visitando aquela Secretaria, já elaborou o seu primeiro "pro-safra" para também uma outra estrada carente, que liga o município de Palmital, ao município de Laranjeiras do Sul. E consequentemente o prefeito não terá condições para fazer o "pro-safra" para esta estrada. Mas também não é menos verdade que o próprio Departamento de Estradas de Rodagem tem condições e tem a obrigação também, mesmo independente de um projeto "pro-safra", de dar atendimento àquela gente e àquele município.

De qualquer maneira entendemos que o projeto tem a sua validade. Prefiro, neste momento, Deputado Gilberto Carvalho, esquecer a sua legalidade, mas também, poderia, na próxima sessão desta Casa, com a presença do autor do projeto, votar contrariamente.

Mas hoje eu peço aos meus ilustres pares; à douta bancada da ARENA, que dê o apoio a este projeto.

Porque eu dizia, quando V. Exa. me apartou, Deputado Gilberto Carvalho, que os oradores que vieram a esta tribuna, para criticar as emendas do Poder Judiciário, as emendas da reforma política, e que o povo não tem acesso aos poderes. Mas, está provado que tem, está evidenciado que o povo tem acesso aos poderes. Porque, o Deputado autor deste requerimento, esse Deputado que foi eleito deputado estadual pela vontade do povo, em 1974, demonstra, perfeitamente, que nós recebemos os votos do povo, nós que fomos trazidos a esta

Casa pelos votos do povo, temos a obrigação de oferecer alguma coisa ao povo, aos municípios, principalmente aos municípios menos favorecidos.

é por isso que entendo, quando vejo um Deputado da Oposição, tão preocupado com os interesses do povo — como é o caso do Deputado Fidelcino Tolentino — entendo meu dever vir à tribuna defender a causa desse Deputado. Porque, não é bem uma causa do Deputado, mas, sim do povo, de uma comunidade. Então, fica patenteado que o povo, através de seus representantes, que ele elege, se faz ouvir nas câmaras, nas assembleias e no Senado.

Por essa razão, Sr. Presidente, que não há, nem haverá jamais, vazio em nossa democracia.

O nobre Deputado Gilberto Carvalho, quando ocupou a tribuna, na hora que é reservada à Liderança da ARENA, disse que, em 1976, há poucos meses atrás, o povo foi às urnas em massa, para eleger os seus prefeitos, os seus vereadores. E ninguém, põe dúvida que essa é a eleição mais interessante, que é a eleição que o povo mais se apegue, porque é uma eleição de âmbito local. E foi nessa eleição de 1976, que o Governo, dando o direito de escolha livre ao eleitor, de comparecer às urnas para votar, foi nessa eleição que a ARENA fez 243 Prefeitos dos 290 municípios do Paraná.

Não concordamos, portanto, com a tese do MDB, que a ARENA não pretende eleição direta.

Pretendemos, sim, e não temos receio, porque o que os Governos Federal e Estadual, vêm realizando nos Estados e na União, é uma prova evidente que o povo está ao nosso lado.

É claro que jamais se conseguirá um pleito direto de cem por cento. Mas, se a Reforma não mudasse a regra do jogo e tivéssemos uma eleição direta no próximo ano, em 1978, não teremos dúvidas que chegaríamos à vitória absoluta na maioria dos Estados desta Federação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendíamos tão somente deixar aqui a nossa posição quanto ao projeto de Deputado Fidelcino Tolentino. Acho que todos me compreenderam e que todos compreenderam a necessidade daquela região. Voltarei à minha cadeira e, quando o projeto for submetido à apreciação do Plenário, hoje principalmente, nesta sessão, darei o meu voto favorável e espero que os demais Deputados da ARENA também assim o façam.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Requeiro, Sr. Presidente, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência atende. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei número 153/76, permaneçam como estão. (pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

A Presidência, nos termos do § único do art. 160 do Regimento Interno, está colocando de forma inversa para deliberação do Plenário e fará a votação requerida pelo Sr. Deputado Enéas Faria. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de lei do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto de lei do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, queiram levantar-se.

14 Srs. Deputados aprovam. 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, sempre foi praxe, parece inclusive que há um compromisso entre os líderes da bancada do MDB e da ARENA para que, às segundas

e sextas-feiras, não se fizesse este tipo, ou não se abordasse, este tipo de votação.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência deve informar a V. Exa. que há número regimental para discussão de todas as matérias. Não há número para deliberação e, por esta razão, a matéria constará na Ordem do Dia, votação em Primeira discussão, na sessão de amanhã.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ulysses Ferreira de Melo, ocorrido em Ibaiti. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja anexada ao Projeto de Lei 18/77, Certidão do Registro de Imóveis. APROVADO. Será anexado ao projeto.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, em forma de sugestão, a fim de que seja instalada uma agência do referido estabelecimento na sede da Comarca e Município de Iporã. — Em discussão — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Reinhold Stephanes, formulando apelo no sentido de que seja criado um posto do INPS, na sede do Município de Ampére. Em discussão Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, sugerindo a confecção de relação nominal dos expedicionários e sua distribuição aos municípios. — Em discussão - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa, da Ordem do Dia do Minsitro do Exército, lida em todas as organizações militares em comemoração ao aniversário da tomada de Montese, na Itália, pela Força Expedicionária Brasileira. — Em discussão - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes, expediente em forma de solicitação, no sentido de que seja instituída a Fundação dos Portuários de Paranaguá. — Em discussão - Encerrada a discussão.

A Presidência volta a encarecer dos Senhores Deputados que, ao dirigirem à Mesa requerimento, indicações, projetos de lei, façam acompanhar de uma cópia para facilitar a sua tramitação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 216/73.

VOTAÇÃO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 153/75;

e marcando ainda, uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 19, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 149/76.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 196/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1833, de 21 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — dispensar a pedido JOGUIBE MANSUR, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria.

II — designar o funcionário acima citado para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 01 de março de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 197/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1617, de 16 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — dispensar a pedido, NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula número 491, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Chefe da Seção de Controle das Dotações, do Departamento de Finanças; e,

II — dispensar a pedido, NELSON AUGUSTO ARAÚJO, matrícula número 501, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Chefe de Gabinete da 1ª Vice-Presidente.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 198/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1617, de 16 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar na forma que abaixo se especifica, no Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, os seguintes funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

NELSON SÍLVIO SALLES — Mat. 491 — Advogado — PL "26" — Auxiliar de Gabinete

BELMIRO MARTIN — Mat. 282 — Of. Adm. — PL "23" — Assistente de Plenário

NELSON AUGUSTO ARAÚJO — Mat. 502 — Of. Adm. PL "21" — Chefe da Seção de Anais e Publicidade.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 199/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 978, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar a pedido, o item II, do Decreto Legislativo número 391/76, de 25 de maio de 1976, que designou a funcionária MARLENE DE BRITTO PERRONE, matrícula número 222, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 200/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1371, de 10 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar a pedido o Decreto Legislativo número 226/76, de 07 de abril de 1976, que designou GIL CESAR DANTAS BRUEL, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria;

II — revogar a pedido o Decreto Legislativo número 194/75, de 08 de abril de 1975, que designou o funcionário LÁZARO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da 3ª Secretaria; e,

III — revogar a pedido o item II do Decreto Legislativo número 737/75, de 03 de dezembro de 1975, que designou o funcionário TABAJARA MARTINS do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista, no Gabinete da 3ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 201/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1372, de 10 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário WILSON RAMOS, matrícula número 137, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 202/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1627, de 16 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário VALDECIR NASSAR, matrícula número 412, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 3ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 203/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o número 1373/77, de 10 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — dispensar a pedido FRANCISCO TABORDA RIBEIRO, matrícula número 375, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, da função de Motorista, símbolo 5-F, do Gabinete da Presidência; e,
II — designar, o funcionário acima citado, para a função de Motorista no Gabinete da 3ª Secretaria, percebendo a gratificação de função símbolo 5-F.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 204/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1387, de 10 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prover, ANTÔNIO CARLOS MARQUES, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado RENATO BERNARDI.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 205/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1363/77, de 10 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

dispensar a pedido, o funcionário SÉRGIO ZACARIAS, matrícula número 406, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Auxiliar de Gabinete do Departamento Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 206/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1363/77, de 10 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

dispensar a pedido o funcionário ANTÔNIO DA SILVA, matrícula número 566, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Motorista, percebendo a gratificação de símbolo F-5, no Departamento Administrativo, junto a Divisão de Compras.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 207/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1363/77, de 10 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, abaixo discriminados, para as funções que especifica, no Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo:

OFICIAL DE GABINETE

SÉRGIO ZACARIAS — Mat. 406 - Of. de Administração PL "23"

JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ — Mat. 211 — Of. Serv. Gerais PL "18"

AUXILIAR DE GABINETE

IGLAIR SMANIOTTO — Mat. 298 - Of. de Administração PL "23".

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 208/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1363/77, de 10 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ODAHIR COSMOS, matrícula número 575, ocupante do cargo de nível PL "20", e ANTÔNIO DA SILVA, matrícula número 566, ocupante do cargo de nível PL "23", ambos Oficiais de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções de Motorista, percebendo a gratificação de função, símbolo F-5, no Gabinete da Diretoria Geral.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 209/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2170, de 28 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar, OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula número 502, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 210/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2237/77, de 29 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prover, RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA, para o cargo em Comissão de Chefe de Gabinete da 1ª Secretaria, deste Poder Legislativo, símbolo 1-C, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente; QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário; JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 211/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1566, de 16 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — dispensar a pedido NEVINHA MARIA CARDOSO e JOSÉ ESTEFANO DE BRITO WITOSLAWSKI, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Auxiliar de Gabinete da 1ª Vice-Presidente;

II — dispensar a pedido o funcionário GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA, das funções de Assessor de Relações Públicas.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DAS ILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 212/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1566/77, de 16 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os seguintes funcionários abaixo especificados, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem os cargos no Gabinete da 1ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes.

CHEFE DE GABINETE

OPHIR FABELINO DE SOUZA

AUXILIARES DE GABINETE

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA

AYRTON PRECOMA

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 213/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2277, de 29 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — dispensar a pedido o funcionário JOSÉ ROSA FILHO, matrícula número 340, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Motorista da Liderança do MDB; e,

II — designar o funcionário acima citado, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete da 2ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 214/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1967, de 23 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

designar os funcionários JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula número 509 e RAUL ZIPPERER, matrícula número 522, ambos ocupantes do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer

rem as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 215/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 828/77, de 18 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ, matrícula número 171, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escrivão, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 24 de janeiro de 1968 e igual data de 1973; e,

III — acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei número 6174, a partir de 24 de janeiro de 1977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes ao ano de 1975, contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 216/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 620, de 06 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a DURVAL DAROS, matrícula número 065, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 07 de janeiro de 1977, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 217/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 90/77, de 07 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de ser-

viço público de JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula número 392, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 31 de janeiro de 1968 e 31 de julho de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 01 de outubro de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 218/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 373/77, de 21 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de WALTER JOSÉ PEIXER, matrícula número 126, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da referida Lei número 6174, a partir de 19 de fevereiro de 1977, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 219/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1206, de 08 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 150, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de BOLIVAR CAMARGO BARROS, matrícula número 115, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 220/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o número 1216, de 08 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NICANOR DE VASCONCELLOS SOUZA, matrícula número 014, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 221/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1002, de 01 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ARISTEU SILVA BERGER, matrícula número 021, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 222/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1055, de 03 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ROSÁRIA CARDOZO DE LIMA, matrícula número 225, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 223/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1115, de 04 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IRACILDA SILVA SERTÓRIO, matrícula número 247, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro

das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 224/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 112/77, de 10 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, matrícula 541, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar; e, II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença do exercício especial de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 07 de junho de 1973 e 07 de dezembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 225/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1253, de 08 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RAUL ZIPPERER, matrícula 522, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 226/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 63/77, de 05 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de REGINALDO XAVIER BITTENCOURT, matrícula 322, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1976, que deixou de gozar; e, II — mandar incorporar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 31 de maio

de 1972 e 31 de maio de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 227/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1324, de 03 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula 320, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 228/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 500/77, de 01 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, matrícula 135, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias, referentes ao ano de 1976, que deixou de gozar; e, II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 01 de abril de 1972 e 01 de outubro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 229/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1237, de 08 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei 6742, de 03/12/75, em favor de CELSO FARACO, matr. 237, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 230/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 387, de 24 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6731, de 3 de dezembro de 1975, em favor de 'DARIO FORTUNATO DARTE, matrícula 063, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário